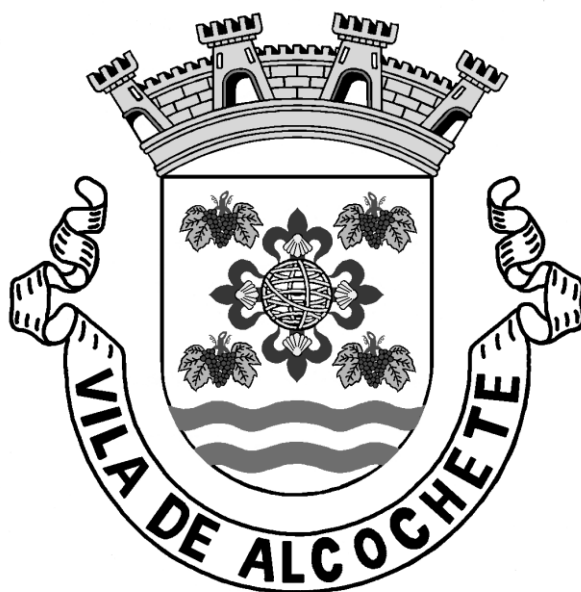




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 06 /19

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 26 DE
SETEMBRO DE 2019**

Aos vinte seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Diogo da Silva Mourão.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Maria de Fátima Lima Vieira e Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Miriam Pires Boieiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Álvaro Jacinto Costa, justificou a sua ausência por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Luís Cesário, dado que, Rui Santa e Luís Cardoso também justificaram a sua ausência. (Documentos anexos à Minuta da Ata)

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Catalão Pinto. Justificaram também a sua ausência António Mariquito e Mafalda Catalão. (Documentos anexos à Minuta da Ata)

- João Ricardo Figueiredo Lopes, solicitou a renúncia de mandato, por motivo de ordem profissional, a partir da presente data. Pelo facto, tomou posse Alexandra Isabel da Silva Braz, que após ter prestado juramento legal, assinou a ata assim como os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. Também solicitou renúncia de mandato João Carlos Simões Marques por motivo de ordem profissional. (Documentos anexos à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão extraordinária realizada em 15 de março de 2019

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Luiz Batista:

Na qualidade de presidente da Comissão para o Ordenamento Território, Urbanismo e Atividades e Económicas, formulou um conjunto de perguntas ao executivo, que já respondeu (agradeceu a celeridade na resposta) pelo que se remeteu a todos os membros da Comissão as perguntas e as respostas.

Do que lhe é dado analisar, parece-lhe que o PDM que se apontava para o ano de 2020 está muito atrasado, dado que ainda se encontra na primeira fase. Entende que deveria ser agendada uma reunião com a empresa contratada, com a finalidade de os deputados municipais poderem cumprir a sua função de fiscalização e de acompanhamento do processo.

Considerou positiva a solução encontrada pelo executivo para a instalação provisória da escola do Valbom, enquanto decorrem as obras na escola, acrescentando inclusive que seria difícil fazer melhor, contudo, entende ser necessário reforçar a segurança quanto ao seu acesso, que é feito pela via rápida e a sinalização colocada é insuficiente. Outra preocupação é a falta de internet na escola.

As obras de melhoramento na escola do Monte Novo também são significativas, mas o exterior permanece inalterado, chamando a atenção para a má colocação dos contentores do lixo na via, que facilmente poderá ser resolvido, aproveitando o facto de decorrerem obras na escola.

Voltou a referir a falta de limpeza da vala junto á rua das Descobertas, em Alcochete, descrevendo como a mesma se encontra, e face a isso solicitou a limpeza da mesma com alguma rapidez, dado o mau cheiro e a proliferação de mosquitos.

- Henrique da Câmara:

Congratulou-se com o trabalho desenvolvido para instalar a escola provisória do Valbom, considerando que está um trabalho muito bem feito, apesar de algumas contrariedades já anteriormente apontadas pelo deputado Luiz Batista. Aproveitou também para chamar a atenção para o período de chuvas que se aproxima, que irá provocar lamaçal, contribuindo para que as salas de aula fiquem muito sujas assim como as crianças.

Lembrou que nesta data a escola já deveria ter sido entregue, porque as obras já têm um ano de atraso.

Referiu que os espaços verdes continuam por arranjar, apesar de a câmara estar a pagar pequenas fortunas a empresas para essa função. A recolha das areias das ruas depois das festas do Barrete Verde este ano foi feita por empresa exterior, mas nem por isso foram retiradas com maior celeridade.

Em relação ao Parque de Merendas no Samouco, afirmou que este se encontra encerrado apesar do horário estipulado, embora se pague bem a uma firma exterior. Também a praia do Samouco não apresenta um aspeto muito asseado apesar de também ser um trabalho pago.

Em relação à rua do Láparo e não só e após leitura de um comunicado do PS, questionou se o presidente da câmara entende que toda a gente que trabalhava na câmara anteriormente a 2007, estariam loucos? Não é a primeira vez que se subentende isto relativamente às obras que não têm conseguido terminar, tanto mais que os técnicos que analisaram as propostas continuam a trabalhar na câmara.

- Ana Lúcia Maduro:

Solicitou um ponto de situação face à abertura do novo ano letivo e congratulou-se com a realização das aulas de educação física aos alunos do 1.º ciclo, questionando quando é que a mesma será posta em prática.

- Presidente da Câmara:

Em resposta, sucintamente, informou quanto ao PDM que o que está em vigor data de 1997. Olhando para a média de outros municípios próximos, a média para revisão é de cerca de dois anos e meio a três anos e no final de 2017 a câmara foi confrontada com a necessidade de ter que ter revisto o PDM revisto até início de 2020, sob pena de não se poder auferir de Fundos Comunitários, os quais são relevantes e muito importantes para a gestão do município.

O ano de 2018 foi de procedimentos para que fosse possível voltar a trabalhar com a entidade que o anterior executivo já tinha feito algum trabalho, porém o mesmo não foi pago (dívida já com cerca de 10 anos) alegando alguns motivos.

O atual executivo perante a situação, solicitou alguns pareceres jurídicos, apontando estes, que a câmara não teria razão nesta matéria e face a isso, renegociou a dívida com a empresa encontrando-se esta novamente a trabalhar na revisão do PDM. Mas, tratam-se de trabalhos morosos, mas todos sabem que a folga da câmara é até ao final do 1.º trimestre de 2020.

Já foram submetidas a carta da REN e da RAN e a fase seguinte só poderá ter início depois da aprovação destes dois documentos.

Salientou que o executivo tem pela Educação um carinho muito especial porque entendem ser a origem de tudo e nesse sentido foram feitas algumas requalificações, com investimentos bastante significativos em alguns estabelecimentos escolares (outros se seguirão, caso da escola do Samouco e a do Monte Novo) acrescentando porém, que gostariam de construir um no Centro Escolar, não indo com isso fechar ou vender escolas, tão pouco perceberia essa gestão. Entende que o que faz sentido é ter a funcionar em pleno todos os estabelecimentos escolares subordinados à autarquia e só depois pensar no novo Centro Escolar.

Referiu que o anterior executivo para além da construção do Centro Escolar de S. Francisco nada mais investiu nesta matéria.

O deputado Luiz Batista tem razão quanto aos contentores. O problema já tinha sido detetado aquando das visitas que faz ao concelho. Neste sentido informou que a AMARSUL (empresa detentora dos contentores) já foi contactada e esta encontra-se a fazer um grande esforço, após várias negociações e insistências deste município a propósito da recolha de lixos (serviço que demonstra algumas deficiências bem como da compra de contentores com boca muito curta) no sentido de alterar os abrigos para colocação dos mesmos, ou seja, onde estavam dois passarão a estar quatro, por exemplo. Os ecopontos também serão retirados e ficarão na proximidade dos contentores verdes e os da parte lateral também sairão.

Relativamente à questão da circulação junto à escola provisória do Valbom, reconhece que é difícil atingir a perfeição, por muito que se possa trabalhar nesse sentido. Aproveitou para esclarecer das reuniões que têm sido efetuadas com a GNR no sentido de encontrar soluções que mitiguem o aspeto da segurança ou algum aspeto negativo que se possa daqui sentir.

Voltou a afirmar que a vala junto à rua das Descobertas foi limpa no início do verão, assim como foram limpas a grande maioria das valas no concelho. No final do verão serão reiniciados os trabalhos de limpeza.

Frisou que o cheiro nauseabundo que se sentiu há umas semanas atrás, se deveu à descarga dentro da própria vala, apesar de não ter sido possível detetar a sua origem porque a vala atravessa propriedade privadas. A GNR (SEPNA) foi contactada, mas até à presente data ainda não deu resposta.

Quanto à questão da falta de Internet na escola, informou que estão a ser desenvolvidos esforços para que fique rapidamente resolvido.

A vereadora Maria de Fátima Soares (com autorização do presidente da câmara e da assembleia), sucintamente referiu:

Foi requalificada a escola da Restauração (impermeabilização não prevista no ano anterior) e colocação de um tapete sintético no campo de jogos para substituição da areia, salientando que isto foi amplamente solicitado pelos pais e encarregados de educação.

No Centro Escolar de S. Francisco, foi feita a reconversão do *mezannine* existente na parte da biblioteca, em duas salas de aula, por forma a acabar com os horários duplos que era uma das grandes reclamações dos pais e encarregados de educação.

Descreveu as intervenções feitas na escola do Monte Novo ao nível dos WC, sala dos professores, sala para o CAF e outra para a biblioteca, colocação de rampa de acesso interior por causa da mobilidade, requalificação das 4 salas de aula e substituição de pavimento no recreio, durante o período de férias, e acrescentou que em 2020 será alargado o refeitório.

A obra da escola do Valbom não tem um ano de atraso e explicou porquê, lembrando que se houve derrapagens estas, devem-se ao que anteriormente estava estabelecido fazer, como foi o caso da impermeabilização dos telhados que não foi feito.

Quanto à questão da segurança na circulação junto à escola provisória do Valbom, afirmou que são as chamadas “dores de crescimento). São questões que serão colmatadas à medida que o tempo for passando.

Afirmou ter um grande orgulho nos resultados obtidos com a requalificação dos estabelecimentos escolares e esta era uma ambição do atual executivo.

- Presidente da câmara:

Reiterou de novo tudo o que em anteriores ocasiões explicou relativamente à obra da rua do Láparo. O aludido comunicado foi feito pelo vereador Pedro Lavrado no sentido de elucidar e fazer um ponto de situação tal como foi feito com a obra do Miradouro Amália Rodrigues.

O Albergue da Juventude está fechado e irá continuar assim e quando reabrir terá melhores condições relativamente às que tinha aquando do seu fecho (lembrou uma vez mais todo o processo que envolveu o encerramento deste equipamento).

Quanto à limpeza da praia, salientou que naturalmente sempre foi um serviço pago; até aqui por parte da junta de freguesia e agora é pela câmara e está contratado até final do mês de setembro. Apenas o deputado Henrique da Câmara e o vereador José Luís Alfélua reclamaram do serviço prestado na praia dos Moinhos e da praia do Samouco não tem qualquer reclamação.

De facto, este ano a câmara contratou uma empresa para recolha das areias, mas isso não se deveu ao facto de os funcionários serem maus, bem pelo contrário. Aconteceu que nesta altura existem funcionários de férias, outros de baixa médica e se tirasse

operacionais de outras áreas para este serviço, ficariam em falta os serviços afetos a estes.

- Sérgio Simões:

Colocou uma questão relativa ao empreendimento “Tagus Bay”, nomeadamente o esclarecimento sobre os trâmites desenvolvidos no processo de licenciamento e até de algum estudo anterior a este., em virtude de ter tomado conhecimento de um comunicado da CDU, que referencia “Opções do atual executivo”., mas de que opções se trata?

- Natacha Patinha:

Questionou se já foi ultrapassado o problema com o furo de captação na Fonte da Senhora, ou seja o gerador já foi colocado e está ou não a funcionar, dado que continua a haver queixas por parte de alguns residentes.

Em relação à Escola do Passil, referiu que a mesma tem aspetos positivos e negativos, porque a escola continua sem ligação à *internet*, de acordo com a informação prestada pela coordenadora, pelo que questionou se está prevista a resolução desta falta.

- Andreia Sousa:

Referiu que o Conselho Municipal da Juventude reuniu pela primeira vez, no dia 28 de março e está previsto que reúna quatro vezes por ano. Para o PSD este é um órgão muito importante para a intervenção dos jovens nos problemas políticos e por isso, questionou porque não houve até agora nova convocatória?

- Presidente da Câmara,

Salientou que o CMJ é tão importante para o PSD como o é para o PS e informou que está agendada reunião para meio de outubro.

Quanto à questão do furo, o atraso prende-se com a demora que a EDP leva para tratar os assuntos. Infelizmente a EDP trabalha mal e cobra muito alto. Dada a morosidade, foi necessário colocar um gerador provisoriamente até conclusão dos trabalhos da EDP. Acrescentou ainda, que não tem conhecimento de queixas, tendo sido inclusive o executivo a solicitar aos moradores a atenção destes no sentido de se perceber se a situação ficava melhor após as descargas.

- Vereador Vasco Pinto:

Com a respetiva autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, esclareceu que foi feito o levantamento das necessidades do pré-escolar no Passil e foi pedido orçamento para a colocação de *internet*. Foi verificado existirem uma série de dificuldades de ordem técnica, que permitirão fazer a ligação da escola primária para o pré-escolar. A solução já foi encontrada e tem um custo mais elevado, contudo, os técnicos da câmara ainda não tiveram hipótese para efetuar a intervenção, mas esta já está planeada e será efetuada nos próximos meses.

- Vereador pedro Lavrado:

Com a respetiva autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, informou que o novo furo de captação na Fonte da Senhora começou a funcionar provisoriamente na passada quinta-feira com o gerador. O furo novo funcionará durante todo o dia e à noite funcionará o antigo, de forma a não sobrecarregar o gerador. Acrescentou que o furo tem água muito boa, comprovado pelas análises feitas e tem água em grande quantidade, apesar de poder acontecer que na primeira fase de transição possam haver algumas queixas, contudo já foram efetuadas algumas descargas de forma que o biofilme se solte e entre na rede, o que naturalmente leva o seu tempo.

Agradeceu a pergunta sobre o “Tagus Bay, começando por informar já ter sido entregue aos vereadores da CDU, os elementos que solicitaram em reunião de câmara. A situação foi explicada e não foram colocadas questões.

Deu também conhecimento que no dia 31 de dezembro de foi entregue um ofício dirigido ao Dr. Luís Miguel Franco, pelo proprietário do terreno, cujo assunto era: “Terreno da antiga fábrica “ Alumínios de Angola”, que também leu.

Desta forma, foi com perplexidade que viu publicado no *facebook* oficial da CDU um comunicado sobre este assunto, que leu, no sentido de todos saberem o que o mesmo informava e em resposta informou que o atual executivo nunca abandonou a ideia e é completamente a favor do Parque Urbano do Alto dos Moinhos, assim como da construção de um pavilhão multiusos e de um terreno para as festas do Barrete Verde. Na verdade se um dia for possível e se depender do atual executivo isto será feito.

De forma sucinta, esclareceu que de acordo com o PDM de Alcochete, o único espaço naquele terreno onde é possível construir loteamentos é no que está a ser construído, ou seja, no espaço urbano consolidado na antiga fábrica. Tudo o resto que fica fora deste espaço não é passível de aí se poder construir loteamentos, dado que está em zona de proteção especial – ZPE.

É falso o parágrafo do comunicado que refere “ Além da nossa população ter ficado prejudicada no que diz respeito às contrapartidas para o nosso concelho, a opção do atual executivo em licenciar o condomínio habitacional fechado, muito provavelmente prejudicou bastante os cofres da autarquia pela grande diferença no montante das taxas a pagar pela empresa construtora”.

Na verdade, licenciar um condomínio fechado ou um loteamento aberto tem taxas exatamente iguais de acordo com o regulamento em vigor.

A proposta do Despacho no ponto 2, que tem uma planta, ao contrário do que está no comunicado da CDU, tem um desenho com umas árvores e bem arranjado. O plano que foi entregue em 2010 e que foi aprovado com a concordância do Chefe de Divisão e do Presidente Dr. Luís Miguel Franco, pelo Despacho de 2016 tem o seguinte: 4 condomínios privados; 1 com uma piscina; 1 com duas piscinas; 1 com piscina e mais um com piscina.

O comunicado refere também ser um exagero seis pisos e cave, porém se se for à síntese do loteamento, há o quadro de lotes com 33 lotes e os pisos acima da soleira são de 6 e 5 pisos. É de facto um exagero, contudo é permitido pelo PDM.

Salientou, que o comunicado foi lançado por uma força política que está no poder desde 0 25 de Abril, com exceção de um pequeno interregno (como gostam de dizer) é uma falácia e tem como único objetivo enganar as pessoas, levando-as a pensar (subentendido nas entrelinhas) que existem outros interesses. É na sua opinião um comunicado de baixa política, porque o PCP tem a obrigação de saber tudo sobre este processo. Como sabem, ao longo de mais de 20 anos foram elaborados vários Planos de Pormenor e todos foram reprovados porque aquela área está em Zona de Proteção Especial, onde não é permitido fazer loteamentos., pelo que o promotor decidiu construir tal como pediu o parecer em 2015, que foi dado em 2016 e dentro do que o PDM lhe permite.

Relativamente à bolsa de estacionamento com 200 lugares de que a CDU fala, lembrou que mais de metade desta estaria em terreno privado caso tivesse sido construído até dezembro de 2019 (fim do prazo da candidatura) a entrada na nascente da vila.

A concluir questionou: “É isto que querem para Alcochete?” - interrogação com que termina o comunicado da CDU.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Susana Maia, apresentou em nome da CDU, uma proposta de moção sobre “Comemoração do Dia do Idoso – Segurança de Envelhecer com Direitos”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Alexandre Gonçalves:

Aludiu a que a CDU com os partidos que a compõem em Alcochete não são a mesma coisa dos que estão na Assembleia da República.

Este tema é muito caro e de extrema importância para O CDS. Trata-se da proteção dos idosos e o CDS demonstrou isso ao longo da legislatura que terminará em breve, com a apresentação de um pacote legislativo que defende exatamente o que esta moção diz e que tenta colar a esta assembleia para defender, tornando-se assim curioso que estes mesmos partidos que compõem a coligação tenham rejeitado esse pacote legislativo na sua totalidade. Pelas razões apontadas abster-se-ão na votação da proposta de moção apresentada.

- Luiz Batista:

Entende que todos querem o melhor para os idosos e que todos querem que estes envelheçam com condições, porém a moção refere “ A assembleia municipal compromete-se a apoiar todas as iniciativas do Movimento (MURPI), pelo que questiona que iniciativas são estas?

Existem pessoas que fazem um trabalho meritório no concelho, na área do tratamento e apoio aos idosos na Santa Casa da Misericórdia, na parte social com as juntas de freguesia no dia-a-dia e não apenas com almoços e jantares uma vez por ano.

Não conhece o MURPI, pelo que rejeita a moção com todo o respeito para com os idosos. A moção não representa nada e o apoio que pode sair desta assembleia nada significa.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor (CDU + 1 PS) e 13 abstenções (PS, PSD e CDS-PP);

- Rodolfo Pereira:

Em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre os “ 40 Anos do Serviço Nacional de Saúde”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Afirmou que iria votar contra a moção porque a considera um pouco estranha e em muitos pontos fora da realidade que conhece, questionando assim, qual é o problema em haver seguros de saúde privados? Estes são uma opção e não uma obrigatoriedade. As pessoas são livres de optar por estes.

As farmácias são a única atividade que não foi liberalizada mas se o fosse era perfeitamente normal e isto não tem nada a ver com o Serviço Nacional de Saúde.

Manifestou também a sua opinião no que se refere à Lei Geral do Trabalho, no que respeita aos contratos a termo, dizendo que a alteração à Lei é vantajosa para os jovens.

Frisou que não defende a precariedade.

- Alexandre Gonçalves:

Reiterou novamente que está perante duas CDU diferentes: a de Alcochete e a da Assembleia da República. Com esta moção, a CDU tenta passar uma borracha pelos últimos quatro anos, dado que aprovaram quatro orçamentos, os quais foram diminuindo o investimento no SNS e que querem agora defender.

O CDS defende não só no SNS mas também noutras áreas, a capacidade ou o poder de escolha, ou seja, não privilegiando apenas aqueles que podem escolher em detrimento dos serviços do Estado. Este tem obrigações, tem deveres e tem que garantir a defesa e o bem-estar da sociedade. Não é defender o privado em detrimento do que é a responsabilidade do Estado como a moção quer fazer crer.

Votará contra a moção, porque para além dos erros, esta enferma por querer passar uma borracha nas responsabilidades da CDU, mas não o fará com a conivência do CDS.

- Luiz Batista:

Salientou que a existência do SNS não é tão mau comparando com parâmetros internacionais e há dois partidos que contribuíram para isso: o PS com António Arnault que o fundou e o PSD que em diversos momentos de governação (e também algumas vezes com o CDS) não deixaram que o SNS acabasse.

A gestão privada de hospitais públicos liberta o Estado dessas funções e os utentes são bem tratados e nem sabem quem gere os hospitais.

Todos apelam a que o SNS continue, mas não com moções deste tipo.

- Rodolfo Pereira:

Não lhe parece que o texto apresentado tenha incoerências. A problemática dos medicamentos está relacionada com o SNS e prejudica e muito a saúde dos portugueses.

Também entende que a Lei Geral de Trabalho, no que respeita aos contratos a termo, prejudica os jovens nas suas expectativas de vida.

O PSD e o CDS gostam de criticar a CDU neste assunto, mas também não podem dizer que a CDU não tenha sido coerente na defesa do SNS e dizer que os hospitais públicos funcionam pior que os privados, é tratar as coisas pela rama.

Salientou que os contratos com as PPP limitam e muito a saúde de todos e se PSD e o CDS é o que querem, então não o surpreende porque votaram a Lei de Bases que está em vigor.

Submetida à discussão e votação, foi reprovada com 14 votos contra (PS, PSD e CDS-PP) e 10 votos a favor da CDU.

- Diogo Mourão fez Declaração de Voto, dizendo “ O nosso voto contra não é contra o SNS, mas sim contra esta moção e fazemos nossas as palavras do presidente da assembleia.”

De seguida o presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário sobre a possibilidade de interromper esta alínea e passar a palavra ao público presente, o que foi aceite.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registou-se a intervenção do seguinte munícipe:

- Sr. Rui Santos:

Na qualidade de representante da Loja do Condomínio, em Alcochete, (representa um total de 558 pessoas) expôs um tema que já anteriormente foi apresentado e que trata do problema de infiltrações de água que se verificam através da praça dos Flamingos, para baixo, para as garagens. Cinquenta destas estão inutilizadas, porque a praça mete água.

Já reuniu com o senhor vereador Pedro Lavrado e com a engenheira da câmara responsável por esta área e daí resultou um acordo de cavalheiros; a câmara disponibilizou-se para não de uma só vez efetuar a limpeza e manutenção das caleiras que estão na praça

Mais disse, que os residentes não querem imputar os custos ao município quanto a uma eventual reparação que possa vir a acontecer. Os residentes pretendem é uma participação ativa do município, porque este tem o direito de utilização da área (5 185m²).

Perante a exposição, solicitaram que fosse feito um ponto de situação, dado que o inverno se aproxima e as garagens não podem ser utilizadas.

- Sr.^a Maria Luísa Salsa:

É professora de Educação Física em Alcochete e membro da Sociedade Portuguesa de Educação Física e da Associação de Professores de Educação Física da região e nesta qualidade, apresentou uma questão relativa ao projeto “1.º Salto”, dado que se por um lado é uma satisfação saber da preocupação que o executivo tem com a atividade física das crianças, também não deixa de ficar preocupada após ter feito a leitura do projeto do ano passado e tendo colegas que estão a dar aulas em coadjuvação com o 1.º Ciclo.

Acrescentou que nenhum Governo até hoje conseguiu resolver os problemas da expressão físico/motora do 1.º Ciclo. Na verdade as crianças têm um programa, mas é difícil colocá-lo em prática. Perante tudo isto, não entende como é que a câmara agora, de forma repentina, irá colocar coadjuvantes em todas as turmas.

Também não entende como é que os técnicos da autarquia que são de outra carreira técnica podem dar aulas de uma disciplina curricular.

- Sr. João Marafuga:

Chamou a atenção para a importância da toponímia, dado que esta faz parte da identidade de todos e une toda a comunidade., dizendo que faz falta a colocação de placas identificativas, dando como exemplo o largo da Feira, o largo Cova da Moura, entre outros.

Na sua opinião, existe outro problema, que são retretes no Rossio, entendendo que devem ser destruídas porque não são elementos identitários do povo de Alcochete.

Também entende que o salão Nobre para reúne condições para o exercício do dever para com os cidadãos, sugerindo que se aproveitasse e adaptasse a Casa do Povo para este exercício.

- Presidente da câmara:

Em resposta a Rui Santos, informou que o assunto apresentado era do seu conhecimento e já tinha sido abordado numa reunião, na Fonte da Senhora., mas tem sido o vereador Pedro Lavrado a acompanhar este assunto e por esse facto, autorizou (bem como o presidente da assembleia) que este fizesse um ponto de situação.

- Vereador Pedro Lavrado:

Pediu desculpa, mas de facto não sabia do pedido para efetuar uma reunião e acrescentou que na verdade existe o compromisso para limpeza das caleiras, tal como houve o de serem feitos alguns testes e uma vistoria mais aprofundada às garagens e à praça, porém de comum acordo foi entendido que não era necessário nom imediato.

Foi solicitado parecer jurídico (da câmara) e esta é mesmo uma situação complexa, que tem questões que dizem respeito à câmara e outras ao condomínio. Compreende que para as pessoas é um assunto urgente, mas a câmara tem estado a tratar da aquisição das caleiras, para depois por administração direta procederem à sua troca. São processos morosos, mas prevê-se que esteja executado antes do início do inverno.

A questão das garagens é claramente da responsabilidade do condomínio, porque se o isolamento estiver bem feito não entrará água para dentro das mesmas.

Sugeri a marcação de uma reunião para analisar o assunto com todos os dados.

- Vereadora Fátima Soares:

Com a devida a autorização por parte do presidente da câmara e da assembleia, reconheceu que a educação física no 1.º Ciclo e no Pré-Escolar é o *parente pobre* nesta matéria.

É professora do 1.º Ciclo, mas os seus conhecimentos nesta matéria são poucos, apesar de como tantos outros terem no âmbito curricular dado aulas de educação física, assim como de música, mas raramente o fazem por falta de tempo ou possibilidades, apesar de o projeto estar implementado desde 2003/2004

Neste âmbito, os próprios professores pediram ajuda à câmara e em 2017 foi decidido implementá-lo no pré-escolar e alarga-lo ao 1.º Ciclo., sendo que é feito em parceria com o Agrupamento de Escolas. Os três lugares abertos são para professores de educação física, para dar continuidade à medida 10.1., que é uma candidatura efetuada durante o ano transato e feita pelo Agrupamento de Escolas. “Se esta medida não contribui para enriquecer o currículo e como prova de que estão pela Educação, então não sabe o que é”, disse.

Esclareceu que estes professores não irão fazer avaliações e estarão com os docentes titulares de turma.

Sr.ª Luísa Salsa:

Retorquiu, dizendo que o professor de educação física é de uma carreira docente e só pode ser coadjuvada por um professor de 1.º Ciclo e não por um técnico de outra carreira. Aqui trata-se de uma carreira extracurricular, como é o caso da AEC. Trata-se por isso de um procedimento ilegal e informou por via disso já ter feito chegar esta nota às Associações Profissionais Científicas da sua área e à IGE.

- Vereadora Fátima Soares:

Depois, a professora poderá explicar aos pais dos meninos porque não têm educação física.

- Presidente da câmara:

Considerou que, contrariamente ao senhor Rui Santos, que colocou um assunto sério e honesto, a intervenção da professora foi desonesta do ponto de vista intelectual acima de todos os níveis.

A vice-presidente esclareceu que se trata de um projeto desenvolvido em articulação direta com o Agrupamento de Escolas e por isso espera que a senhora tenha o bom senso (assim como teve para se deslocar à assembleia) de se deslocar à escola, ao Agrupamento e apresentar este assunto.

Relativamente às questões apresentadas pelo senhor João Marafuga, considerou importante (e não deve ser descurado) o que foi exposto, aproveitando por isso para esclarecer como funciona a atribuição dos topónimos.

Concordou com o munícipe porque também considera que os WC no Rossio não são um bom exemplo do que pretendem. O espaço ainda não sofreu intervenção dado estar a ser elaborado (mas ainda de forma muito preliminar) um projeto de requalificação do jardim do Rossio.

- Presidente da assembleia:

Discordou da opinião do sr. João Marafuga, porque entende que o salão Nobre é o espaço apropriado para a realização das sessões da assembleia municipal. Lamentou que o público não adira muito à participação nestas, aderindo mais ao *facebook*, onde se discutem coisas “sem pés nem cabeça”.

O presidente da assembleia municipal propôs a realização de um intervalo de cinco minutos, o que foi aceite, tendo-se retomado de seguida os trabalhos.

- Henrique da Câmara:

Em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção “Sobre o Estudo do Impacte Ambiental do Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades”.

-Presidente da assembleia:

Referiu que este assunto o preocupa e que também não vê nada a favor do aeroporto no Samouco, dado não encontrar nada de positivo.

Votará contra a moção porque esta defende o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete e também não sabe se esta será a melhor solução, atendendo a que é um dormitório de pombos, que fazem viagens e entram pela zona onde seria construído o aeroporto.

- Luiz Batista:

Acompanha este assunto desde 2012 e já se está em 2019. Não tem nenhum interesse pessoal quer num local quer noutro, tão pouco que se faça o aeroporto no Campo de Tiro, porém coloca a questão: É possível ter dois aeroportos desta dimensão com o de Lisboa a funcionar? Entende que não.

De seguida, de forma minuciosa, explanou a situação que se vive no aeroporto de Lisboa, em várias das suas componentes (pistas, tráfego, investimentos, custos – comparativos entre uma localização e outra - etc).

Na sua opinião as duas localizações têm inconvenientes, mas no momento e face às condições do país, entende que a solução na BA6 é a melhor.

- Presidente da câmara:

Alertou mais uma vez, que a câmara apenas se pronunciou relativamente ao estudo de impacto ambiental e não quanto à localização do aeroporto. A *Troika* exigiu que a VINCI avançasse com os 5 mil milhões para abater à dívida externa e por isso esta não é obrigada a fazer um novo aeroporto, dado que já adiantou a verba. Politicamente foi cometida a *gaffe* de ter sido gasto o dinheiro do futuro aeroporto.

- Alexandre Gonçalves:

Afirmou que no CDS ao contrário do modelo defendido na moção, não defendem um novo aeroporto para Lisboa. Sempre defenderam a solução Lisboa ou Portela, porque foi assim que nasceu Portela+1.

Esta opção perca por tardia e corre-se o risco de este atraso vir a ter impacto na economia, devido à saturação que existe em Lisboa, levando a desviar pessoas que pretendiam visitar o país.

Não há soluções perfeitas e não cabe às autarquias definir o local onde o aeroporto irá ser implantado. A estas caberá procurar mitigar os aspetos negativos, garantindo melhores condições às populações na área das infraestruturas sejam elas quais forem.

- Henrique da Câmara:

Realçou eu o anterior presidente do executivo assim como qualquer outro elemento do executivo nunca foram a favor do aeroporto na BA6.

Chegou a ser falado o aeroporto sair da Portela e ser construído em 3 fases no Campo de Tiro de Alcochete, num prazo de mais ou menos 25 anos, o que seria ótimo.

Assistiu no Fórum à sessão informativa, mas considera que a mesma foi muito “poucozinha”. Os esclarecimentos efetivos foram prestados pelos que estavam no público, porque da parte do painel de oradores nem por isso. Quase tudo o que ouviu foi negativo, contrariamente ao que se passaria se a construção fosse no Campo de Tiro de Alcochete.

- Presidente da assembleia municipal.

Informou que esteve presente na sessão e ficou bastante esclarecido.

- Natacha Patinha:

A Junta de Freguesia de Alcochete também tomou posição em relação a esta matéria e participou na Consulta Pública que esteve aberta até ao dia 19 de setembro. Mostraram-se desfavoráveis ao estudo de impacto ambiental, porque o mesmo é muito centrado nas infraestruturas, nos aspetos mais técnicos. Do ruído, das aves, no fundo dos problemas que poderão decorrer para a saúde, não prevê medidas que poderão ser tomadas em consequência da implementação do aeroporto na BA6. Também considera que a sessão informativa foi muito pouco esclarecedora, e entre outras matérias não entende o que irá acontecer às salinas do Samouco. Existem riscos ambientais e o estudo não responde aos mesmos.

A posição da junta foi remetida e aguardam o relatório final de Consulta Pública.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu que a ANA não quer comprar as salinas do Samouco, mas sim as que ficam a norte de Alcochete.

O presidente da assembleia municipal propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

- Ana Luísa Lourenço:

Questionou qual a posição da Junta de Freguesia de S. Francisco quanto à localização do aeroporto e quanto ao estudo de impacto ambiental?

- Diogo Mourão:

Em relação à afirmação do deputado Henrique da Câmara de que nenhum elemento do anterior executivo esteve a favor da opção Portela+1 com o aeroporto na BA6, recordou a experiência que tinham em fazer corte e costura, remetendo para a leitura da ata de 7 de abril de 2012, que na sua opinião contradiz a afirmação do deputado.

- Luiz Batista:

Entende que a presidente da Junta de Freguesia de Alcochete declarou a sua posição sem ouvir a assembleia de freguesia.

- Presidente da assembleia municipal:

Chamou a atenção para o facto de a assembleia municipal não se dever imiscuir em assuntos de outros órgãos autárquicos, especialmente neste caso que é um assunto demasiado sério.

- João Santos:

Informou que a sua posição sobre a moção, é a que foi tomada na sessão da assembleia de freguesia, ou seja, é de rejeição da moção e não respondeu se é a favor ou contra a localização do aeroporto na BA6.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu que a Lei não impõe que a junta de freguesia leve este assunto à assembleia de freguesia, tal como a câmara não o levou à assembleia municipal.

A posição da Junta de Freguesia de Samouco é de não concordância com a localização na BA6. O estudo tem falta de informação e de substância que justifique certas medidas mitigadoras das fachadas dos prédios e que os moradores também pagarão uma parte (trata-se de uma medida mitigadora mas o povo que pague).

A localização tem efeitos nefastos para a população do Samouco (apesar de haver outras que ficarão pior) e o estudo apresentado omite, o que é preocupante, os acessos que irão ser criados (manter-se-ão as estradas secundárias como é o caso da estrada Samouco/Alcochete, a estrada Real e a estrada contígua com atual vedação da BA6 e a construção de uma rotunda junto à via que vem da rua Ruy de Sousa Vinagre.

Na reunião com a Profico, Lda, a junta de freguesia informou da sua preocupação com as vias de acesso, mas apenas obteve a resposta que o assunto seria visto posteriormente. Esta postura é política e não técnica e enquanto autarca do Samouco tem a obrigação de zelar pelos interesses desta população.

É preocupante quando se tenta deturpar as ideias de alguém, ou dos que foram parceiros. Mesmo sendo contra, não deixarão de falar e de reivindicar tudo o que entenderem.

-Natacha Patinha:

Lamentou que o deputado Luiz Batista após tantos anos como autarca ainda não tivesse percebido a autonomia dos órgãos autárquicos, para além de não lhe admitir que coloque em causa a democraticidade existente na junta de freguesia.

- Henrique da Câmara:

Frisou que não admite faltas de respeito por parte do deputado Diogo Mourão porque também nunca lhe faltou ao respeito. O deputado deve ter em atenção o que diz, medindo bem as palavras quando refere “experiência em corte e costura”.

Remeteu para a leitura da ata de 2012, que refere a posição do atual presidente da câmara que não está em conformidade com a posição atual.

Submetida à discussão e votação, a moção foi rejeitada, com 13 votos contra (PS, PSD e CDS-PP), 9 votos a favor (CDU) e 2 abstenções (1 CDU e 1 CDS-PP).

- Diogo Mourão fez Declaração de Voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocada à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia municipal:

Na qualidade de presidente da assembleia e porque a esta compete fiscalizar a área financeira da câmara, fez a leitura do relatório da IGF (inspeção feita entre 2014 a 2016) e algumas coisas que ali estão são graves. O relatório aponta o prazo de 60 dias para que sejam implementadas medidas que ainda não o foram, esperando porém, que até ao final do ano o sejam. A câmara continua sem passar para o seu património milhões de euros e a IGF pretende que sejam implementadas medidas nesta matéria.

Afirmou que no passado foram cometidas algumas falhas graves que deram origem a processos crime e cíveis, nomeadamente ao presidente e ao vereador responsável pela área financeira, porque atribuíram ao orçamento receitas que não tinham autorização para colocar, nomeadamente sete milhões de euros num empréstimo bancário que não foi aprovado pelo Tribunal de Contas. Contudo, os processos não puderam avançar, dada a alteração à Lei publicada em janeiro de 2017, que referia que as pessoas que ocupam lugares públicos deixavam de responder civil e criminalmente desde que houvesse pareceres técnicos. O Tribunal Constitucional aplica a Lei mais favorável pelo que o que era crime na altura, deixou de o ser.

Alertou para que da análise ao relatório, verifica que a câmara continua com nove milhões de obras em curso (tecnicamente são não acabadas), num orçamento de doze milhões e para as indicações da Auditoria nesta matéria.

- Luiz Batista:

Apesar de não ser especialista nesta área, sublinhou que caso fosse feita uma inspeção na presente data, certamente iriam encontrar as mesmas inconformidades de nível gravoso. No entanto, importa é retirar os ensinamentos e corrigir tudo em tempo útil e não atirar pedras, tanto mais que a câmara está a preparar o orçamento de 2020.

- Presidente da câmara:

Informou que a inspeção é relativa aos anos de 2014 a 2016. O relatório foi recebido juntamente com as normas e foi dado conhecimento destes aos técnicos da câmara e aos técnicos revisores de contas que também fazem auditoria em relação àquilo que é o trabalho da autarquia nestas matérias, no sentido de em função deste relatório o executivo desenvolver as “démarches” necessárias e os procedimentos que são fundamentais para poder contornar esta situação.

Mais informou que os revisores de contas no final do 1.º semestre do corrente ano, afirmam que foi cumprido o princípio de equilíbrio orçamental da análise efetuada à sua execução. Em relação ao 2.º semestre de 2019, constata-se que a receita corrente bruta sobre a despesa corrente paga e o valor médio de amortização anual dos empréstimos de médio e longo prazo cumprem o previsto na legislação em vigor.

- Henrique da Câmara:

Entende que os números não batem certo e o relatório desmente os números apresentados pelo presidente da câmara em campanha eleitoral, no que diz respeito ao prazo de pagamento aos fornecedores.

- Presidente da Câmara:

Aconselhou o anterior deputado a consultar o portal que é público e explicou a discrepância observada.

De seguida, com autorização do presidente da assembleia e da câmara, a Dr.ª Claudia Santos esclareceu algumas dúvidas levantadas pelo deputado Henrique da Câmara e pelo presidente da assembleia relativamente aos relatórios. Porém, não ficaram cabalmente esclarecidos, pelo que a Dr.ª Cláudia Santos se comprometeu a elaborar as respostas por escrito, em virtude de também não ter presentes todos os documentos necessários.

PONTO - 2 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO PARA DELEGADO AO XXIV CONGRESSO DA ANMP

- Presidente da assembleia:

Questionou da disponibilidade dos presidentes de junta de freguesia.

Natacha Patinha informou que não estava disponível, por motivos de saúde (maternidade), pelo que a CDU através de Henrique da Câmara indicou Pedro Ferreira.

João Santos:

Antes de tomar uma posição, solicitou esclarecimento quanto ao pagamento das despesas com a deslocação ao Congresso, informando desde logo, que a Junta de Freguesia de S. Francisco não tem verbas para efetuar este pagamento.

- Presidente da Câmara:

Em resposta, o presidente da câmara informou que irá solicitar um parecer jurídico. Informou também que não estará presente no congresso por se encontrar nessa data ausente do país em representação do município.

- Henrique da Câmara:

Questionou o presidente se neste momento já era relevante ir ao congresso, dado que no anterior entendeu que não era.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu que neste momento considera ser relevante, por este não tratar apenas da eleição de pessoas que não conhece.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Pedro Jorge Marcelino Ferreira: 15 votos para efetivo
- João Manuel Fernandes dos Santos: 9 votos para suplente

PONTO 3 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Referiu que a proposta é nem mais nem menos do que o que no fundo são as necessidades internas e respetivas vagas, explicando de seguida e de forma pormenorizada toda a proposta.

Submetido à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 12 abstenções. (Doc.14)

PONTO 4 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 REFERENTE AOS DECRETOS-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO E N.º 58/2019 DE 30 DE ABRIL

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. (Doc.15)

PONTO 5 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020 REFERENTE AO DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO

Submetida à discussão, o presidente da assembleia municipal esclareceu ser necessário decidir se se aceita ou não a transferência de competências na questão das áreas protegidas para 2019 e 2020. A assembleia tem o poder de decisão e a resposta deverá ser dada até 30 de setembro

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. (Doc.16)

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Aberto este período, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão:

Solicitou um ponto de situação relativamente aos seguintes assuntos:

- Requalificação dos parques infantis;
- Obras da Estrada Municipal 501;
- Requalificação do Caminho Municipal 1006;
- Obras no centro da vila (jardim do coreto, miradouro “Amália Rodrigues”; rua Francisco Diogo; rua António Maria Cardoso;
- Requalificação do piso de madeira do pavilhão;
- Pintura de passadeiras por parte da câmara e da junta de freguesia de Alcochete.

- Presidente da câmara:

Informou que já se procedeu à requalificação de quase todos os parques infantis do concelho

Em relação à Estrada Municipal 501, irá começar a 1.^a fase; o Caminho Municipal 1006 está concluído; a rua António Maria Cardoso irá arrancar durante o mês de outubro e a na rua Francisco Diogo estão a decorrer os trabalhos e os trabalhos do chão do pavilhão estão concluídos.

Em relação ao jardim do coreto, informou que a empresa Tundagra já tinha apresentado uma proposta antes do início de funções do atual executivo (24.05.2017). Existe uma primeira informação técnica datada de 18 de agosto que informa que o projeto tem todas as condições para ser aprovado, desde que sejam feitas algumas alterações. Em outubro de 2017, já com o atual executivo, a empresa juntou os elementos em falta e o projeto foi aprovado.

Referiu ainda, que caso o executivo não fosse rigoroso e não se tivesse entendido com a empresa, provavelmente esta nem teria obrigação de prestar compensações fossem de que âmbito fossem.

A obra está a ser desenvolvida no âmbito da ARU e por isso tem uma série de isenções de pagamento. No âmbito das compensações, foi lançado o desafio à empresa, no sentido de esta suportar um projeto que iria ser desenhado para o jardim contíguo à igreja, exemplificando de seguida em que consistia todo o projeto (calçadamento, verdes, mobiliário urbano e estacionamento). Está previsto que os trabalhos estejam concluídos em novembro próximo.

Em relação ao estacionamento, esclareceu que o hotel em construção na proximidade, não necessita de lugares de estacionamento, mas sim os munícipes. Os 180 lugares de estacionamento de que se fala no largo da feira, ficam abrangidos por terrenos privados. o que se poderá vir a fazer é aproveitar a construção prevista para a antiga fábrica do orvalho e exigir ao promotor que faça estacionamento, porém, apenas quando chegar o momento.

Quanto ao aeroporto, salientou que a câmara não tinha a obrigação de enviar à assembleia municipal uma posição para que esta se substituísse ao executivo. Encontrase em consulta pública e a câmara não participou por entender que quer a ANA quer a AIA entendem que os municípios são entidades relevantes e por isso deviam responder a um estudo de impacto ambiental e respetivas acessibilidades. À câmara nunca foi perguntado se esta concorda ou não com a localização e implementação do aeroporto na BA6.

Embora tenha opinião pessoal, a verdade é que também tem que ter uma atitude enquanto presidente da câmara. Compreende que ninguém goste de ter um aeroporto por cima da cabeça, mas contrariamente ao que alguns tentam fazer passar, não teve uma opinião antes e agora tem outra, contudo, podia ter acontecido. Em face disto, explicou o que se passou na entrevista dada ao programa “Sexta às 9”, o qual não editou toda a gravação, o que levou a falsas interpretações das suas palavras.

Frisou que o deputado Diogo Mourão referiu e bem, a ata de 27 de abril de 2012 e aproveitou para esclarecer o que se passou com a moção apresentada pelo deputado Luiz Batista na referida sessão e as intervenções que se seguiram, assim como a sua declaração de voto em nome do PS, que referia o seguinte: “ A bancada do PS entende que de facto não reúne condições naturais e humanas para obter o financiamento necessário que eleve os interesses de Portugal e dos portugueses. No entanto e sem estarem reunidas todas as condições prévias de estudos, não podemos emitir posição favorável à moção do PSD. Face ao exposto votamos contra a proposta, fundamentalmente por falta de estudos”.

No seu entendimento há outras formas de se fazer política bem como outras formas (mais elevadas) de manifestar o desagrado pela atitude que o atual executivo tem.

Relativamente à pintura das passadeiras, salientou desde logo não ter nenhuma intenção de criar um problema nem sequer de entrar em conflito com a senhora presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, dado que está a ser dada importância a um assunto que não a tem, da forma como foi colocada.

Esclareceu que a competência não é da junta de freguesia e também não consta do Acordo de Execução firmado entre as duas entidades pintar as passadeiras. Constatam sim, outras ações com as quais a junta se deve preocupar em realizar. Na verdade, a câmara todos os anos lança um concurso para pintura de sinalização horizontal nas vias e a junta de freguesia tão pouco pediu opinião à câmara. Apesar de poder pensar que a presidente da junta de freguesia apenas tinha a melhor das boas vontades, a certa altura até pode parecer que a câmara irá pagar a pintura das passadeiras que a junta de freguesia mandou pintar. De forma séria e honesta, ver-se-á como termina o processo.

- Natacha Patinha:

Disse ao deputado Diogo Mourão que este usa sempre o *facebook* onde gosta muito de colocar questões, mas a junta de freguesia não lhe responde, por entender que este não é o veículo coreto para comunicar e muito menos da maneira como este o fez. Para além de fazer insinuações, fez uma ameaça à junta de freguesia, uma vez que é um cidadão como todos os outros embora com responsabilidade acrescida por ser deputado

municipal e nessa qualidade, deveria ter colocado a questão diretamente à junta de freguesia por e-mail ou até deslocando-se à mesma, para obter uma resposta.

Acrescentou que, de forma respeitosa, que a Lei 75/2013 no artigo 16.º, n.º 1, diz que compete à junta de freguesia entre outras competências proceder à conservação e manutenção de caminhos e pavimentos pedonais, para além de também não haver no Acordo nada que proíba estas ações.

Os outros presidentes de junta presentes não o fazem porque não têm meios. São juntas de freguesia pequenas e por isso acabam por ser os próprios municípios a assumir as competências, caso contrário nunca seriam feitas.

Foi solicitado à empresa a entrega da listagem dos sítios onde iriam intervir e após uma conversa com o senhor presidente relativa a rebaixamentos de lancis, chegaram à conclusão que faria sentido pintar também as passadeiras, ficando assim um trabalho mais completo, pelo que segundo afirmou nunca foi sua intenção não passar cavaco à câmara, nem nada foi feito de má-fé. Caso a câmara assim o tenha entendido, está enganada.

Constatando que as passadeiras estão degradadas, entende que as duas autarquias podem contribuir para a segurança dos cidadãos e com isso não virá mal nenhum ao mundo, muito pelo contrário.

A terminar, solicitou que quer o presidente da assembleia quer o da câmara se pronunciassem sobre a atitude de ameaça à junta (resolver o Acordo por incumprimento) por parte do deputado Diogo Mourão.

- Presidente da assembleia:

Respondeu dizendo que a sua opinião sobre o que se passa no *facebook* é já bastante conhecida, que é de condenação pelo que se escreve e insinua ao abrigo de falsos perfis, dando como exemplo, a notícia que surgiu na qual era afirmado que os eleitos do PS, no qual se inclui, estavam a ser investigados pela Polícia Judiciária.

A propósito, informou que lamentavelmente e com todo o respeito que tem pela senhora presidente, também não gostou das suas palavras numa entrevista à revista “Visão”, na qual afirmava que as *fakenews* eram liberdade de expressão.

- Natacha Patinha:

Esclareceu que a pergunta do jornalista, era se a forma da CDU fazer política era a que estava a ser posta em causa por perfis falsos. Em resposta, respondeu-lhe que a CDU em Alcochete faz a oposição que entender e cada um tem a sua opinião, ao abrigo da liberdade de expressão. Nunca afirmou que os perfis falsos tivessem toda a legitimidade para o fazer, entende sim, é que as bancadas têm todo o direito para fazer oposição da forma que entenderem.

- Presidente da assembleia:

Lembrou que o intuito da entrevista não era sobre *fakenews*. Em relação ao que o deputado Diogo Mourão escreveu no *facebook* não foi na qualidade de deputado e terá certamente responsabilidade no que disse. Deverá dizer porque o fez e com que fundamento. No caso de não haver, caberá a cada um dos presentes fazer a sua interpretação. A assembleia é o local próprio para debater e esclarecer e não o *facebook*.

Em relação à ameaça, esclareceu que apenas a assembleia municipal tem poderes para determinar a sua resolução.

- Presidente da câmara:

Entende que ficava bem à senhora presidente da junta apresentar um pedido de desculpas, por ter feito uma coisa sem a autorização da câmara, dado ser desta a competência.

Sugeri que a presidente voltasse a ler a Lei, porque as estradas não são todas iguais, ou seja há estradas nacionais, municipais e caminhos rurais. As primeiras são da competência da Infraestruturas de Portugal, as segundas das câmaras municipais e as terceiras das juntas de freguesia.

Frisou que não gostou dever a junta de freguesia a intervir em estradas que são municipais, tanto mais que a câmara já tem o concurso em vigor desde 20 de agosto. Quando a presidente falou em rebaixar passeios, foi ao abrigo da mobilidade e aí tudo bem, dado que na Fonte da Senhora, Passil ou Rilvas bem como em outros locais rurais existem caminhos que podem ter intervenção.

- Presidente da assembleia:

Entende que deve haver comunicação entre as duas entidades, evitando assim no futuro situações como esta.

- Diogo Mourão:

Afirmou: “Longe de mim estar a levantar suspeitas”. Admitiu que a forma utilizada não tivesse sido a melhor para procurar esclarecimentos, mas partiu do princípio que existe um princípio basilar que quando as coisas não são cumpridas, ou feitas a mais ou a menos, ser possível resolver um contrato. Tem a hombridade de reconhecer o erro ao ter falado por cima do deputado Henrique da Câmara e entende que este também deveria pedir desculpa porque também o afetou na sua honra e passou um atestado de incompetência aos munícipes que votaram em si.

Quando utilizou a expressão “corte e costura”, referia-se ao corte na ata que a CDU fez, porque colou sem ter a explicação anterior.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 03:15horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,